



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

CONTRATO Nº 270/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES AO ICMS CULTURAL, LEVANTAMENTO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E TODO O TRABALHO DE INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DENTRO DO PROGRAMA DE MUNICIPALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS, PARA OBTER A PONTUAÇÃO DETERMINADA PELO IEPHA.

CONTRATO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES AO ICMS CULTURAL, LEVANTAMENTO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E TODO O TRABALHO DE INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DENTRO DO PROGRAMA DE MUNICIPALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS, PARA OBTER A PONTUAÇÃO DETERMINADA PELO IEPHA, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAREAÇU/MG E A EMPRESA MGTM LTDA.

Por este instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAREAÇU/MG**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede na Rua Major Severiano de Faria, nº 178 - centro - no mesmo Município, inscrita no CNPJ sob nº 17.935.388/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tovar dos Santos Barroso, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outra parte a empresa **MGTM LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 73.610.594/0001-26, estabelecida na Av. Prudente de Moraes, nº 135 - 5º Andar, Bairro Santo Antônio - na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representado por Marcelo Torres Motta, inscrito no CPF sob o nº 529.752.406-78, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si como justo e contratado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES AO ICMS CULTURAL, LEVANTAMENTO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E TODO O TRABALHO DE INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DENTRO DO PROGRAMA DE MUNICIPALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS, PARA OBTER A PONTUAÇÃO DETERMINADA PELO IEPHA**, cuja celebração foi precedida do processo licitatório nº 056/2018, licitação modalidade pregão presencial nº 043/2018, instaurada no dia 29 de agosto de 2018 e julgada no dia 13 de setembro de 2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.2. A contratada se obriga a prestar os **SERVIÇOS REFERENTES AO ICMS CULTURAL**, levantamento e elaboração de documentos e todo o trabalho de inserção do município dentro do Programa de Municipalização do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, para obter a pontuação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

determinada pelo IEPHA, atendendo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme proposta apresentada, que fica fazendo parte integrante deste contrato.

1.2. Os serviços destinam atingir maior abrangência e descentralização mais ampla na preservação do patrimônio de Minas Gerais, compartilhado com a sociedade a proteção do acervo, onde a contratada compromete-se a realizar os levantamentos de todo o trabalho de inserção do município no Programa de Municipalização do Patrimônio Cultural de Minas Gerais permitindo a pontuação determinada pelo IEPHA, objetivando a integração do município na distribuição da parcela de 25% da recita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo para a prestação de serviços será de 12 meses a contar da data de assinatura do contrato. Podendo o mesmo ser prorrogado por iguais ou sucessivos períodos, por acordo entre as partes, até o limite previsto na Lei Federal nº 8.666/93, através de termo aditivo, para obtenção de preços mais vantajosos para o município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25 % (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS

4.1 Locais designado para a prestação dos serviços: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Av. Saturnino de Faria, nº 75, Paço Municipal Rua Major Severiano de Faria, nº 178 ou local a ser indicado pela contratante, mediante comunicado por escrito.

. Os detalhes dos serviços, objeto deste contrato são os seguintes:

- j) Organização dos documentos comprobatórios da Política Cultural Local;
- k) Orientação para atuação do Conselho do Patrimônio;
- l) Preenchimento das declarações a serem enviadas ao IEPHA;
- m) Organização de todas as atas de reunião do Conselho do Patrimônio;
- n) Organização das fichas do inventário cultural;
- o) Elaboração do relatório de atividades do setor;
- p) Preenchimento de fichas de inventário dos bens culturais com levantamentos arquitetônicos, histórico, fotográficos e execução de mapa ilustrativo da seção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

- q) Elaboração do Relatório de Atividades de Educação Patrimonial e montagem de pasta;
- r) Elaboração de documentação pertinente para registrar Bem Imaterial, aprovado pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor do presente é de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO

6.1. A Prefeitura Municipal de Careaçú poderá a qualquer tempo, rever os preços, reduzindo-os em conformidade com pesquisa de mercado ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado.

6.2. As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico – financeiro do contrato.

6.3. Os preços poderão ser majorados mediante solicitação da **CONTRATADA**, desde que seu pedido esteja acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado, tais como notas fiscais de aquisição dos produtos acabados, matérias primas ou outros documentos julgados necessários a comprovar a variação de preços no mercado.

6.4. Fica a **CONTRATADA** obrigada a pleitear e apresentar memória de cálculos referente à revisão de preços sempre que este ocorrer.

6.5. O novo preço só terá validade, após a emissão de parecer da comissão revisora e, para efeito de pagamento dos objetos porventura entregues entre a data do pedido de adequação e a data da publicação do novo preço, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela **CONTRATADA**.

6.6. O diferencial de preço entre a proposta inicial da **CONTRATADA** e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura de Careaçú na ocasião da abertura do certame, bem como eventuais descontos concedidos pela **CONTRATADA**, serão sempre mantidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1.– Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária ou na Tesouraria da Prefeitura Municipal, da seguinte forma pagamento dividido em 6 parcelas, devidamente atestado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

7.2 – Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Careacú/MG, CNPJ n.º 17.935.388/0001-15, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

02.002.001.04.122.0004.2.006.3.3.90.39.00 – FICHA 10036

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a contratada fica sujeita, a critério da administração e garantia a defesa prévia, às seguintes penalidades, sem prejuízo daquelas previstas no art. 87 da Lei Federal nº8.666/93:

9.2. Pelo atraso injustificado no fornecimento, fica sujeito o contratado às penalidades previstas no *caput* do art. 86 da Lei Federal n.8.666/93, na seguinte conformidade:

9.2.1. atraso até 10 (dez) dias, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso.

9.2.2. atraso superior a 10 (dez) dias, multa de 3% (três por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e multa de 15 % (quinze por cento) sobre o valor dos produtos não entregues.

9.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

9.5. Multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.6. Aplicadas as multas, a administração descontará do primeiro pagamento que fizer à contratada, após a sua imposição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

10.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas no item 9.3.

10.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal 8.666/93.

10.3.1. Em caso de rescisão previstas nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

10.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG., para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste edital ou execução do ajuste, não resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

Caraçu, 28 de setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE CAREAÇU
CONTRATANTE
TOVAR DOS SANTOS BARROSO
PREFEITO MUNICIPAL

MGTM LTDA
CNPJ 73.610.594/0001-26
MARCELO TORRES MOTTA
CPF 529.752.406-78
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____